

**ATA DE
REGISTRO DE
PREÇO Nº
095/2017/PREF.
DE SORRISO**



PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 095/2017

MT PAR S/A.
Fl. n.º 27
Rub. m

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Sorriso, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Sorriso, de um lado o **MUNICÍPIO DE SORRISO, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CGC/MF sob o n.º 03.239.076/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. ARI GENEZIO LAFIN, brasileiro, casado, agente político, portador da cédula de identidade RG sob o n.º 607.903 SSP/MT e CPF/MF sob o n.º 411.319.161.15, doravante denominado "**MUNICÍPIO**", e do outro lado a empresa **L F COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E REPRESENTAÇÕES LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º CNPJ Nº 22.328.534/0001-84, e Inscrição Estadual sob. N.º 13.576.828-4, estabelecida a Rua Duzentos, nº 94, Quadra 03, Lote 01, bairro Jardim Imperial, cidade de Cuiabá - MT, neste ato representada pelo Sr. JOSE LUIZ BATISTA DA SILVA DAMASCENO, portador da cédula de identidade RG n.º 1046612-6 SJS/MT e CPF/MF n.º 688.596.351-87 doravante denominada "**PROMITENTE FORNECEDORA**", nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal 176/2006, e 044/2013 e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e o Registro de Preços no Município de Sorriso e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E SUAS CARACTERÍSTICAS

- 1.1. Constitui o objeto do presente processo licitatório o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOVEIS, AR CONDICIONADO, ELETRODOMESTICOS, ELETRONICOS, MICROCOMPUTADOR, NOTEBOOK, MONITOR E OUTROS PARA SECRETARIAS MUNICIPAIS**, conforme termo de referência em anexo.
- 1.2. Os produtos deverão ser fornecidos, conforme especificações constantes do **TERMO DE REFERÊNCIA** em anexo ao presente edital.
- 1.3. Não será permitido a subcontratação dos itens objeto desta licitação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E DO REGIME DE EXECUÇÃO

- 2.1. Os itens registrados serão fornecidos de acordo com a necessidade do Município, nos termos do art. 6º e c/c art. 15 da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 3.1. Os preços a serem pagos a **FORNECEDORA** são os aqui registrados, conforme especificações dos itens abaixo:

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	816649	MESA ANGULAR GERENTE PÉ PAINEL LARGURA 140/180, PROFUNDIDADE 60CM ALTURA, 74CM ACABAMENTO.	UNIDADE	VANDAFLEX	2	R\$ 561,15	R\$ 1.122,30
2	816657	MICRO-ONDAS 30 LITROS, BRANCO, VOLTAGEM 110V	UNIDADE	CONSUL	1	R\$ 470,00	R\$ 470,00
3	816661	NOTEBOOK CORE I7 8GB 1TB TELA 15,6" FULL HD, WINDOWS 10, PROCESSADOR I7, MEMÓRIA RAM 8GB, HD 1TB, TIPO MEMÓRIA DDR3L.	UNIDADE	DELL	5	R\$ 4.000,00	R\$ 20.000,00



		MOUSE TOUCHPA ELETROSTÁTICO, PLACA VÍDEO DDR3 4GB, CHUPSET INTEGRADO PROCESSADOR, USB 3.0 HDMI 1.4 CARTÃO DE MEMÓRIA SD, SDHC, SD3.0					
4	816675	MICRO ONDAS, 31 LITROS, BRANCO, 220 VLTS.	UNIDADE	CONSUL	1	R\$ 510,00	R\$ 510,00
5	816698	MESA ESTACAO DE TRABALHO COM TAMPO EM 25MM NAS DIMENSOES MINIMAS DE 2.40X1.30 COM 2 GAVETAS, MATERIAL MDP OU MDF, COR MARFIM OU TABACO.	UNIDADE	MOTIVA	8	R\$ 1.121,00	R\$ 8.968,00
6	816699	MESA REUNIAO SEMI OVAL TAMPO 25MM NAS DIMENSOES MINIMAS DE 2.70X1.20, MATERIAL MDP OU MDF, COR MARFIM OU TABACO.	UNIDADE	MOTIVA	8	R\$ 855,80	R\$ 6.844,80
7	816702	BALCAO DE ATENDIMENTO MDP RETO NAS DIMENSOES MINIMAS DE 1.50X0.70X1.10 TAMPO 25MM, MATERIAL MDP OU MDF, COR MARFIM OU TABACO.	UNIDADE	MOTIVA	5	R\$ 570,00	R\$ 2.850,00
8	816704	BANQUETA ALTA EM COURISSIMO PRETO	UNIDADE	ITAGOLD	13	R\$ 68,25	R\$ 887,25
TOTAL						R\$ 41.652,35	

3.2. Os pagamentos serão efetuados nos prazos estabelecidos no Decreto 005/2017, e após o recebimento das Notas Fiscais já devidamente atestadas pelo servidor responsável pela fiscalização.

3.3. Apresentada a Nota Fiscal caberá ao fiscal do contrato atestar a regular realização dos materiais encaminhando o documento para as providências relativas ao pagamento, aprovado pela fiscalização.

3.4. A empresa vencedora deverá comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda, Federal, Estadual, INSS e FGTS, atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

3.5. Nenhum pagamento será efetuado à Fornecedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

3.6. As Notas Fiscais para pagamento deverão conter obrigatoriamente a assinatura dos fiscais responsáveis de cada Secretaria, antes de serem encaminhados para o departamento de finanças.

3.7. As empresas deverão encaminhar as Notas Fiscais ao Setor Administrativo de cada Secretaria, para que os fiscais efetuem a conferência juntamente com a Autorização de Fornecimento.

3.8. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.9. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.10. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.11. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório, devendo constar ainda o número do pregão que lhe deu origem.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

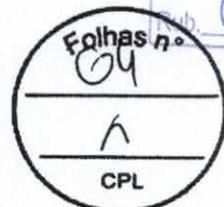
4.1. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

4.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.



PREFEITURA DE SORRISO

CAPITAL NACIONAL DO AGRONEGÓCIO



4.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

4.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o INPC.

4.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

4.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

4.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou item visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

4.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

4.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

4.8. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

4.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

4.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

4.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando à manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados respeitados a ordem de classificação.

4.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

4.12. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE FORNECIMENTO, E DAS CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS REGISTRADOS

5.1. A Ata de Registro de Preço firmada por força do presente procedimento terá validade de 12 (doze) meses, iniciados a partir da data da sua assinatura, ou seja, de 19/04/2017 a 18/04/2018.

5.2. Os equipamentos deverão ser entregues de segunda a sexta- feira, das 07:00 as 13:00 (horas de Sorriso –MT), no Departamento de Patrimônio, localizado na Avenida Ademar Raiter ou nos locais a serem indicados pelas Secretarias solicitantes devidamente informados a empresa licitante;



5.2.1. Os itens deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias após solicitação;

5.2.2. Os itens deverão ser entregues na presença do fiscal de contrato devidamente nomeado para tal finalidade;

5.3. Os objetos licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição pelo Município de Sorriso – MT.

5.4. Ficará a cargo da contratada todas as despesas com a entrega dos produtos no local indicado pela Administração, incluindo a troca dos que porventura foram fornecidos em desacordo com as especificações contidas no Termo de Referência.

5.5. Não será admitido em hipótese alguma o fornecimento de produtos de má qualidade, ou em desacordo com a especificação contida no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas relativas a este processo licitatório correrão por conta de recursos previstos em Orçamento Municipal.

ÓRGÃO	DOTAÇÃO	PROJ/ATIVIDADE	ELEMENTO DESPESA	COD RED
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	03.001.04.123.0032.2.078	MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DA SEMFAZ	449052	37
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	03.001.04.122.0032.1076	AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MAT. PERMANENTES	449052	37
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	04.001.12.122.0030.2.043	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. E EDUC.	449052	64
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	04.003.12.361.0051.2.167	MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL	449052	108
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	04.003.12.365.0051.2168	MANUT. DA EDUC. INFANTIL	449052	112
SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA.	04.005.12.361.0051.1063	AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MAT. PERMANENTES	449052	108
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS	05.001.15.451.0035.2.102	MANUT. DAS ATIVIDADES DA SEMOSP	449052	130
SEC. MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS.	05.001.15.451.0035.1112	AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MAT. PERMANENTES	449052	131
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. RURAL E MEIO AMBIENTE	06.001.20.606.0029.2.035	MANUTENÇÃO DA SEMDER	449052	170
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE.	06.001.20.606.0040.1041	AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MAT. PERMANENTES	449052	170
SEC. MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.	08.001.08.244.0046.1023	AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MAT. PERMANENTES	449052	226
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	08.001.08.244.0025.2.020	MANUT. DO FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	449052	226
SEC. MUNICIPAL DE IND. E COMERCIO.	09.001.23.692.0013.1092	AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MAT. PERMANENTES	449052	300
SECRETARIA MUNIC. DE INDUSTRIA COMERCIO E TURISMO	09.001.22.661.0034.2.086	MANUTENÇÃO DA SEMICTUR	449052	300
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	10.001.04.122.0027.2.010	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEMAD	449052	314
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	10.001.04.122.0027.2.015	REESTRUTURAÇÃO DO GANHA TEMPO	449052	334
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	13.001.27.812.0031.2.075	MANUTENÇÃO SEMEL	449052	392
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	13.001.27.812.0017.1070	AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MAT. PERMANENTES	449052	392



PREFEITURA DE SORRISO

CAPITAL NACIONAL DO AGRONEGÓCIO



MT PAR S/A.
Fl. nº 06
06

SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADES	14.001.15.451.0028.1120	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	449052	408
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	10.001.04.122.0027.1.252	ESTRUTURAÇÃO DO ARQUIVO MUNICIPAL	449052	316
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	10.001.04.122.0027.1.252	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEMAD	339039	324
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	10.001.04.122.0027.1.252	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEMAD	339030	321
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	10.001.04.122.0027.1.252	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	449052	314
MANUT. DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	10.001.04.122.0052.1015	REESTRUTURAÇÃO DO GANHA TEMPO	449052	334
MANUT. DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	10.001.04.128.0011.1008	IMPLANT. E ESTRUT. DO R.H.	449052	336
MANUT. DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	10.001.04.122.0027.1014	AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MAT. PERMANENTES	449052	314
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	11.001.06.183.0021.1082	ESTRUTURAÇÃO DO DEP. DE TRÂNSITO.	449052	355
SECRETARIA DE GOVERNO	11.001.04.122.0033.1084	AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MAT. PERMANENTES	449052	342
GABINETE DO PREFEITO	02.001.04.122.0038.1006	AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MAT. PERMANENTES	449052	22
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	17.001.02.061.0026.1007	AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MAT. PERMANENTES	449052	494
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	18.001.04.124.0024.1003	AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MAT. PERMANENTES	449052	499
SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES	12.001.26.782.0037.1137	AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MAT. PERMANENTES	449052	368
SEC. DE TRANSPORTES	12.001.26.782.0037.1137	AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MAT. PERMANENTES	449052	368
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	15.001.10.302.0005.1130	AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MAT. PERMANENTES	449052	438
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	15.001.10.302.0004.1127	AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MAT. PERMANENTES	449052	423
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	15.001.10.301.0004.2110	MANUTENÇÃO DE AÇÕES DA ATENÇÃO BÁSICA	449052	438

6.2. Para o exercício de 2017, será utilizada dotação orçamentária da Lei Orçamentária Anual – LOA/2017.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. São direitos e responsabilidades do Município:

- 7.1.1. Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos, objeto da contratação;
- 7.1.2. Comunicar imediatamente a Contratada, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação;
- 7.1.3. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;
- 7.1.4. Aplicar à detentora da ata as penalidades, quando for o caso;
- 7.1.5. Prestar à detentora da ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;
- 7.1.6. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;
- 7.1.7. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.



- 7.1.8. Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação.
- 7.1.9. Receber ou rejeitar os produtos após verificar a qualidade e quantidade do mesmo.
- 7.1.10. Rejeitar os produtos no todo ou em parte entregues em desacordo com as obrigações assumidas.
- 7.1.11. Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada.
- 7.1.12. Entregar a contratada a planilha com as datas, horários e quantidades necessárias para atender as requisições dos produtos.
- 7.1.13. Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser adquirida;
- 7.1.14. Receber, analisar e decidir sobre os produtos entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento;
- 7.1.15. Realizar pagamento de acordo com o empenho, os itens e as quantidades solicitadas;
- 7.1.16. Fiscalizar a execução do objeto do contrato;
- 7.1.17. Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução do contrato.

7.2. São direitos e responsabilidades da Detentora da Ata:

- 7.2.1. É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos produtos nas quantidades, no horário e nas datas estipuladas, bem como nas condições estabelecidas no edital.
- 7.2.2. Fornecer os produtos nas especificações e com a qualidade exigida;
- 7.2.3. Pagar todos os tributos, despesas com transporte e outras e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens fornecidos;
- 7.2.4. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;
- 7.2.5. Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e Termo de Referência do edital de licitação.
- 7.2.6. A fornecedora reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da lei n. 8.666/93.
- 7.2.7. Em caso do não cumprimento das especificações exigidas no edital, a empresa se responsabilizará pela realização de nova entrega de produto, sem ônus algum à contratante.
- 7.2.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.
- 7.2.9. Levar imediatamente ao conhecimento da Contratante quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.
- 7.2.10. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo Contratante, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante.
- 7.2.11. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto.
- 7.2.12. Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos objeto da contratação, para conferência e ateste de recebimento.
- 7.2.13. Fornecer o objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela CONTRATANTE e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais;
- 7.2.14. O ônus decorrente do cumprimento da obrigação de fornecimento, ficará a cargo exclusivamente da CONTRATADA;



PREFEITURA DE SORRISO

CAPITAL NACIONAL DO AGRONEGÓCIO

- 7.2.15.** Comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;
- 7.2.16.** Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a CONTRATANTE poderá descontar o valor do ressarcimento da fatura a vencer ou cobrar em juízo;
- 7.2.17.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato sem autorização da CONTRATANTE;
- 7.2.18.** Planejar a entrega dos produtos juntamente com o Fiscal de Contrato da Secretaria solicitante;
- 7.2.19.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;
- 7.2.20.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- 7.2.21.** Não havendo possibilidade de entrega dos itens, emitir Relatório de Não Conformidade descrevendo o(s) motivo(s) da impossibilidade;
- 7.2.22.** A CONTRATADA deve entregar os produtos solicitados em conformidade aos requisitos previstos em edital.
- 7.2.23.** Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos.
- 7.2.24.** Obedecer rigorosamente à Ordem de Fornecimento quanto a entrega, com as datas, horários, locais e quantidades.
- 7.2.25.** A CONTRATADA obriga-se a transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados.
- 7.2.26.** A CONTRATADA obriga-se a substituir prontamente os itens que estiverem em desacordo com o que foi solicitado pelo fiscal do contrato.
- 7.2.27.** Realizar o fornecimentos dos produtos dentro dos padrões e quantidades requisitados, garantindo a qualidade do objeto fornecido, segundo exigências legais.
- 7.2.28.** Levar imediatamente ao conhecimento da contratante quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.
- 7.2.29.** Colocar a disposição da Contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

- 8.1.** A recusa injustificada em entregar os itens licitados da empresa com proposta classificada na licitação conforme instruções deste edital ensejarão a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.
- 8.2.** O Contratado que atrasar a entrega do objeto ou inadimplir o contrato incorrerá nas penalidades administrativas previstas no art. 86 da Lei n. 8.666/93 e art. 7º da Lei n. 10.520/02.
- 8.3.** A multa moratória, quando cabível, será da ordem de 1% (um por cento) ao dia, até chegar o limite de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.
- 8.4.** A multa por inadimplemento, total ou parcial do contrato, será da ordem de 20% (vinte por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.
- 8.5.** A aplicação das multas não afasta as demais penalidades, a seguir tipificadas:
- Não celebra o contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos.
 - Deixar de entregar a documentação: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos.
 - Apresentar a documentação falsa: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos.



- d) Atraso na execução do objeto: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos.
- e) Não manter a proposta: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos.
- f) Falhar na execução do contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos.
- g) Fraudar a execução do contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos.
- h) comportar-se de modo inidôneo: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos.
- i) cometer fraude fiscal: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos.
- j) Declaração de Inidoneidade.

8.6. De qualquer sanção imposta, a Fornecedorora poderá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da intimação do ato, oferecer recurso à Prefeitura Municipal de Sorriso - MT, devidamente fundamentado.

8.7. A segunda adjudicatária, em ocorrendo à hipótese do item precedente, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo Município, nos casos previstos no art. 77 da Lei n. 8.666/93, ou de comum acordo, sem ônus, o que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 10 (dez) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pela "**PROMITENTE FORNECEDORA**".

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.2. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.5. Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

9.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

9.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.5. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.



9.5.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO ADMINISTRATIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.1. A Fornecedora reconhece, expressamente, os direitos da Administração Pública em cancelar a presente Ata de Registro de Preço, em caso de inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

11.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 039/2017**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. A presente Ata de Registro de Preço obedece aos termos do **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017**, bem como da Proposta de Preço apresentada pela Promitente Fornecedora e ao que determina a Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520/2002, o Decreto Municipal 176/2006, e o Decreto Municipal n. 044/2013, bem como suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

13.1. A Fornecedora deverá manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

14.1. O Município promoverá a publicação resumida da presente Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme dispõe o art. 61 da Lei Nº 8.666/93:

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Atuarão como fiscais de contrato da Ata de Registro de Preço originada do presente procedimento, os seguintes servidores nomeados através de Portaria específica para tal finalidade sendo:

- Secretaria de Administração: Maria Raquel de Queiroz Xavier da Silva, Leonice Franciosi
- Secretaria de Fazenda: Maria Borges Moraes
- Secretaria de Assistência Social: Amanda Alves Saldanha
- Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente: Marcelle Carolina Jacobs Costa Lopes
- Secretaria de Saúde: Francielle Fabiana Gonçalves
- Secretaria de Ind. Comércio e Turismo: Leonardo Kozak
- Secretaria de Educação e Cultura: Inezita Turra Santi
- Secretaria de Esporte e Lazer: Fábio César Beltrame



- Secretaria de Obras e Serv. Públicos: Julia Catiele Nolio
- Secretaria de Transportes: Julia Catiele Nolio
- Secretaria da Cidade: Claudiney da S. Oliveira.
- Secretaria de Governo: Nathan Noé Adam
- Gabinete do Prefeito: Rafael Silva Maniezo

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

17.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos dos itens.

17.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA CARONA

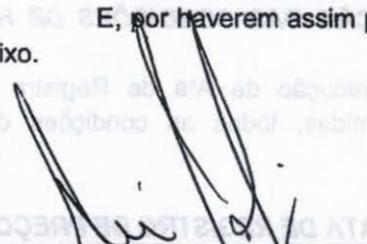
18.1. Nos termos do art. 21 do Decreto n. 044 de 06 de março de 2013, fica facultado aos órgãos ou entidades desse Município e demais municípios interessados a adesão a essa ata de registro de preço.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. As partes elegem o foro da Comarca de Sorriso – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

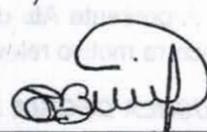
CNPJ: 22.328.534/0001-84 Sorriso, MT, 19 de abril de 2017.
INSC. EST.: 13.576.828-4
L. F. Comércio de Equipamentos de
Informática e Representações Ltda - ME
Av. Das Palmeiras, Nº 54
Bairro: Jardim Imagem
CEP: 78075-648 - CUIABÁ, MT.


MUNICÍPIO DE SORRISO MT
ARI GENÉZIO LAFIM
PREFEITO MUNICIPAL


L F COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE
INFORMÁTICA E REPRESENTAÇÕES LTDA - ME
JOSE LUIZ BATISTA DA SILVA DAMASCENO
PROMITENTE FORNECEDORA

TESTEMUNHAS:


NOME: ROGERIO FERREIRA DE SOUSA
CPF: 007.054.121-30


NOME: MARISETE M BARBIERI
CPF: 651.470.061-68